



Produto de dinâmica de afirmação de identidades em oficina realizada pela FASE-PE com mulheres da Zona da Mata

A atualidade do pensamento de Paulo Freire

Pedro Pontual*

* Educador, membro da coordenação do Instituto Pólis e presidente do CEAAL – Conselho de Educação de Adultos da América Latina.

Neste ano realizam-se em todos os países da América Latina e também em outras partes do mundo seminários e eventos em homenagem a Paulo Freire (celebra-se 10 anos de sua morte ocorrida em 2 de maio de 1997) e de discussão da atualidade do seu pensamento. A grande participação nestas iniciativas de educadores e educadoras das mais diversas gerações demonstra que a sua ausência do nosso convívio não diminui a força da presença de suas idéias e do testemunho de coerência que marcou sua prática como educador e ser humano.

Na vida e obra de Paulo Freire há uma profunda paixão pela liberdade humana e, ao mesmo tempo, uma rigorosa e sempre renovada busca de uma pedagogia emancipatória. Assim sendo creio que para além de recuperar seu pensamento trata-se de recriá-lo à luz dos novos desafios históricos deste século XXI e em diálogo com outras correntes de pensamento e com novos paradigmas.

Acredito que a marcante presença de Paulo Freire ainda hoje em muitas partes deste mundo está ligada a uma característica fundamental que marcou toda sua vida e obra que foi sua incessante busca de coerência entre discurso e prática. Coerência que não se traduziu em dogmatismo, mas numa busca permanente de renovar seu pensamento e prática à luz dos novos desafios de cada contexto histórico vivido.

Este texto busca extrair alguns eixos temáticos de sua vida e obra que, a meu ver, dialogam com desafios do nosso tempo histórico:

Mais que um método de alfabetização, uma filosofia da educação

Talvez Paulo Freire seja mais conhecido por haver criado um método de alfabetização de jovens e adultos que foi amplamente utilizado em diversos países. No entanto, a

contribuição de Paulo Freire foi muito além, tendo criado uma filosofia de educação com um corpo teórico consistente com uma pedagogia voltada à prática, voltada à ação transformadora. Dizia Freire: “a melhor maneira de pensar é pensar a prática”.

A sua sempre foi uma pedagogia posicionada, que rechaça qualquer idéia de neutralidade. Freire sempre nos recordava com muita insistência de que a neutralidade é impossível no ato educativo. “Meu ponto de vista é o dos excluídos, o dos condenados da Terra”. Sua afirmação constante deste princípio foi um contraponto necessário à tentativa da ideologia neoliberal, sobretudo nos anos 90, de despolitizar a sociedade e o debate de idéias. Ao contrário, para Freire existe uma politicidade inerente à prática educativa.

Uma proposta de educação para a mudança

Sua pedagogia sempre esteve comprometida com a idéia de mudança histórica que se expressou através de categorias que deram título em distintos momentos históricos às suas mais importantes obras. No final dos anos 50 escreveu “Educação como prática da Liberdade”. Nos anos 60, exilado no Chile, escreveu “Pedagogia do Oprimido” e, em 1992, sua releitura daquela obra na “Pedagogia da Esperança”. Em 1996, escreveu a “Pedagogia da Autonomia” e após sua morte, seus últimos escritos foram reunidos em “Pedagogia da Indignação” (2000) e “Pedagogia dos Sonhos Possíveis” (2001). Liberdade, visão dos oprimidos, esperança, autonomia, indignação, sonhos possíveis, são eixos fundamentais de sua obra, sempre posicionada a favor de uma educação voltada à mudança histórica e à ação transformadora. Trata-se de categorias que vão contextualizando historicamente os desafios à uma

educação comprometida com a mudança e apontando na direção de utopias possíveis e necessárias. Por isto Freire se contrapôs firmemente ao raciocínio fatalista dos que apregoavam o “fim da história” e reafirmou enfaticamente a história como “tempo de possibilidades”, seu compromisso com uma pós-modernidade progressista e a necessidade de construção de proposições que concretizassem o “inédito viável”.

Em seus últimos escritos, Freire expressou com muita radicalidade, que ele sempre pedia que não se confundisse com sectarismo, sua indignação com o que denominava de cinismo de uma ideologia fatalista que propugna que a realidade é assim mesmo, que os excluídos têm que continuar existindo e que a história está em seu fim. Freire opunha-se à hegemonia de tal discurso enfatizando a necessidade de uma pedagogia da esperança e da construção de utopias transformadoras e possíveis de se realizarem. Talvez a proposta do Fórum Social Mundial e o seu lema de que um “Outro Mundo é Possível” seja uma das expressões mais importantes do legado de Paulo Freire neste início do século XXI.

Alargando o âmbito do educativo

Uma das contribuições mais importantes de Paulo Freire e da corrente da educação popular, que nele teve suas inspirações fundamentais, foi a de desenvolver uma visão do fenômeno educativo num espaço mais abrangente que o da escola sem nunca recusar sua importância como instituição educativa. As reflexões de Freire sobre as práticas educativas no interior dos movimentos sociais, das diversas formas de sociabilidade e convivência dos grupos populares, na ação dos partidos políticos, nas práticas dos governos, nas distintas manifestações da cultura popular têm dado inegável consistência à necessidade de pensar o educativo num âmbito mais abrangente que o da escola.

Vale observar, no entanto, que Paulo Freire não atribuía nenhum juízo de valor ou peso hierárquico de maior relevância àquelas práticas educativas que ocorrem para além da escola. Ao contrário, há uma forte preocupação em seus escritos em não cindir a prática educativa na reflexão sobre a educação popular e, assim, não cair nas armadilhas daquelas definições que identificaram educação popular com o “não formal”, ou como prática “para-escolar” ou como propositora de uma “sociedade sem escolas”. O discurso de Freire sempre dirigido aos educadores e educadoras que atuam tanto na escola como em outros âmbitos da prática social, colocam-nos frente à necessidade de compreender a educação popular como um conjunto de práticas e formulações que permeiam diferentes âmbitos das relações sociais, sem deixar de

reconhecer a especificidade das diversas práticas e dos distintos espaços onde elas se desenvolvem. O movimento das Cidades Educadoras ao reivindicar que todos os espaços e equipamentos urbanos tornem-se espaços educativos é, hoje, uma das expressões desta compreensão alargada da prática educativa.

Alfabetização para a construção da cidadania ativa

Paulo Freire propugnou desde o momento em que construiu seu método de alfabetização, que o domínio da palavra, o saber escrever, o saber ler, somente adquirem sentido se traduzem uma melhor capacidade de leitura do mundo, uma melhor leitura do contexto do ser humano. Dizia que em certo sentido, a leitura do mundo precede a leitura da palavra.

Neste momento em que diversos governos na América Latina voltam a colocar o tema da alfabetização entre suas prioridades, é importante recuperar as proposições de Freire sobre o tema no sentido de analisarmos criticamente os modos de concretização de tais esforços. Para Freire, as iniciativas na área de alfabetização deveriam fazer parte de um conjunto de ações voltadas à construção de um novo modelo de desenvolvimento integral, inclusivo e sustentável. Do ponto de vista das políticas educativas, as ações de alfabetização requerem continuidade no sentido de assegurar o direito à escolarização básica e, numa perspectiva mais global, o direito à educação ao longo de toda a vida. Isto significa situar alfabetização no terreno das políticas públicas ao invés de limitá-la ao âmbito de campanhas que, de forma muitas vezes aligeiradas, propõem-se a “erradicar o analfabetismo” ou, na sua versão mais recente, poder declarar “territórios livres do analfabetismo”. Foi por esta razão que no período em que Freire esteve à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989-1992) as ações na área de alfabetização eram parte da política de educação de jovens e adultos e o programa que envolveu parceria com movimentos e organizações populares (MOVA-SP) denominou-se movimento e não campanha e estava articulado imediatamente com outros programas que assegurassem a continuidade da escolarização de jovens e adultos. A denominação de movimento vinha também para expressar a compreensão de uma ação alfabetizadora que deveria contribuir para que educandos, educadores e todos os demais atores envolvidos pudessem exercitar sua cidadania ativa na luta pelo direito à educação completa e ao longo de toda a vida.

Vale lembrar também, no raciocínio dialético que sempre caracterizou as proposições em Freire, sua afirmação de que se por um lado a cidadania ativa não

depende somente da educação, por outro, sem ela a cidadania ativa não se constrói. Sem superestimar o papel da educação, mas também sem deixar de destacar sua enorme relevância, Paulo Freire (1995a) assim sintetiza sua visão sobre a relação dialética entre educação e cidadania:

Não dá para dizer que a educação crie a cidadania de quem quer que seja. Mas, sem a educação, é difícil construir a cidadania. A cidadania se cria com uma presença ativa, crítica, decidida, de todos nós com relação à coisa pública. Isso é difícil, mas é possível. A educação não é a chave para a transformação, mas é indispensável. A educação sozinha não faz, mas sem ela também não é feita a cidadania. (p.74)

Com esta afirmação, ele colocava com clareza o alcance e os limites das políticas educativas para enfatizar a necessidade de serem articuladas a ações econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais na perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento fundado na justiça social, na equidade e na sustentabilidade.

O diálogo e o conflito na construção democrática

A necessidade de uma pedagogia democrática para transformar as relações e as formas de exercício do poder funda-se no reconhecimento de que o elitismo e o autoritarismo historicamente operados pelas classes dominantes enraizaram-se profundamente nas sociedades latino-americanas. Portanto, ao afirmar-se a necessidade de construir-se uma democracia integral e uma cidadania ativa para superarmos as múltiplas formas de opressão, está-se referindo a novas formas de exercício do poder, ancoradas a uma cultura política radicalmente democrática. Para Freire, tanto o diálogo como o conflito são fatores constitutivos de um processo de construção democrática. Este processo só se consolida em uma prática substantivamente democrática a partir de um intenso e criativo trabalho pedagógico. Como afirma: *“Um dos papéis das lideranças democráticas é precisamente superar os esquemas autoritários e propiciar tomadas de decisão de natureza dialógica”* (FREIRE, 1995b, p.45).

Em sua passagem como secretário municipal de educação da cidade de São Paulo na gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1992), tendo enfrentado situações cotidianas de conflito na implementação da sua proposta de gestão democrática da política educativa, sempre advertiu que o conflito era inerente àquele processo e que a tarefa fundamental estava em “pedagogicizar o conflito”, ou seja, construir espaços de reconhecimento

recíproco de interesses distintos, mas também de negociação dos mesmos a partir de regras democráticas pactuadas entre os diversos atores. Como atitude fundamental, destaca-se a capacidade de escuta e de conversa entre os atores no estabelecimento de diálogo que seja capaz de enfrentar e propor soluções aos problemas em questão.

Em tempos de grande confusão política sobre a natureza dos espaços participativos em relação às políticas públicas vale recordar a ênfase presente nas formulações de Freire sobre a prática de decisão como um elemento básico da autonomia de tais espaços. Diante de argumentos de matriz conservadora sobre as dificuldades para deliberação em tais espaços, costumava lembrar Freire de que é decidindo que se aprende a decidir.

Em Paulo Freire, podemos encontrar, como uma das exigências éticas para a construção de uma cultura política, a necessária coerência entre o discurso e a prática. Nesta perspectiva, vale lembrar na obra de Freire (1992) a importância que ele atribui à ação pedagógica de um governo radicalmente democrático:

Tudo deve ser visível. Tudo deve ser explicado. O caráter pedagógico do ato de governar, sua missão formadora, exemplar, que demanda por isso mesmo dos governantes, seriedade irrecusável. Não há governo que persista verdadeiro, legitimado, digno de fé, se seu discurso não é confirmado por sua prática, se apadrinha e favorece amigos, se bem duro apenas com os opositoristas e, suave e ameno com os correligionários. (p.174).

Também o desafio educativo da coerência deve nos auxiliar nas análises sobre as práticas dos movimentos sociais. Doses de ingenuidade e idealização presentes em algumas análises sobre os mesmos serviram, muitas vezes, para esconder a distância entre valores e propostas anunciadas no discurso e a prática cotidiana de algumas de suas organizações e lideranças. Vale aqui destacar, por exemplo, a distância muitas vezes presente entre o anúncio da necessidade da democracia e a presença de práticas ainda fortemente carregadas de autoritarismo no interior dos próprios movimentos. Aqui vale a advertência sempre presente no discurso de Freire de que não se trata de idealizar organizações como se fossem constituídas por “anjos”, mas de buscar incessantemente o maior grau de coerência possível entre o discurso professado e a prática efetivamente desenvolvida.

Ainda como elementos da coerência que devem caracterizar as atitudes nos espaços de conflito e diálogo estão os valores da humildade e tolerância nas relações com o outro e no reconhecimento à diferença como

aspecto central de uma cultura democrática. Freire (1995b) assim explicita esta questão:

Tolerância e humildade são virtudes fundamentais. Na humildade eu trabalho com a hipótese de que existem outras verdades, mesmo aquelas contra as quais eu luto. Não tem nada a ver com humilhação. E sim com a tolerância não no sentido da conivência, mas no sentido de aceitar a diferença e reconhecer que só podemos crescer na diferença. (p.73).

A falta de uma compreensão processual e histórica desta construção democrática tem levado, em alguns casos, a que lideranças políticas se desencantem diante das dificuldades e contradições, necessariamente presentes nas práticas que estimulam a participação cidadã, e retornem ao pragmatismo conservador das soluções tecnocráticas em nome dos votos obtidos nas eleições e da presunção de que isto lhes dá conhecimento pleno do que o povo precisa. Daí a importância da advertência de Freire de que uma pedagogia da construção democrática requer uma atitude básica de perseverança por parte daqueles que estão à frente de iniciativas de estímulo à participação cidadã. Aqui, a historicidade sempre presente nas formulações de Freire nos ajuda a compreender tal desafio:

O aprendizado de outra virtude se impõe: a perseverança, tenacidade com que devemos lutar por nosso sonho. Não podemos desistir nos primeiros embates, mas a partir deles aprender como errar menos. Na existência de uma pessoa, cinco, dez, vinte anos representam alguma coisa, às vezes muito. Mas não na história de uma nação. (idem, p.47)

E mais à frente, na obra citada, conclui Freire:

A questão está em como transformar as dificuldades em possibilidades. Por isso na luta para mudar, não podemos ser nem só pacientes, nem só impacientes, mas pacientemente impacientes. A paciência ilimitada, que jamais se inquieta, termina por imobilizar a prática transformadora. O mesmo ocorre com a impaciência voluntarista, que exige o resultado imediato da ação, enquanto ainda a planeja. (id., p.48)

Como se pode observar há uma profunda convicção na vida e obra de Freire sobre a importância da participação cidadã na construção das políticas públicas. No momento em que, no Brasil, o governo federal lança um amplo conjunto de medidas sob o nome de Programa de Desenvolvimento da Educação, espera-se que ocorra um processo mais amplo e sistemático de participação dos

atores sociais envolvidos na sua discussão e que se desenvolvam mecanismos efetivos de gestão democrática na sua implementação. O desafio de melhorar a qualidade da educação requer uma diretriz clara e investimentos permanentes no sentido de assegurar uma gestão democrática em todos os níveis do sistema educacional.

Paulo Freire e a construção de novos paradigmas da educação popular

O CEAAL (Conselho de Educação de Adultos da América Latina), rede de cerca de 200 ONGs situadas em 21 países da América Latina, criada em 1982 e que teve Paulo Freire como seu primeiro e hoje presidente honorário, vem desde 2000 impulsionando um debate latino-americano sobre novos paradigmas da educação popular face aos novos desafios do século XXI.

Há um consenso amplamente estabelecido entre os participantes deste debate de que vários fundamentos da educação popular, dentre os quais as propostas de Freire seguem com lugar de destaque, continuam vigentes. No entanto, várias outras proposições teóricas que orientaram vários discursos e práticas da Educação Popular em décadas passadas tomaram-se insuficientes e, em alguns casos até inadequados, diante dos novos desafios trazidos pelas profundas transformações ocorridas neste início de século. Colocado em outros termos, vivemos em um momento em que a realidade vem arrebatando alguns dos nossos referenciais teóricos de interpretação. Temos a grande tarefa de reconstruí-los a partir do exercício de novas leituras do real que procurem dar conta da sua complexidade e diversidade. Dentre diversas iniciativas nesta direção, destacamos a realização, em março de 2001, em Guadalajara, no México, de evento que buscou avaliar as aproximações entre as proposições de Paulo Freire e Edgar Morin. Por iniciativa do educador Carlos Nunez Hurtado, reuniram-se analistas das obras de ambos os autores em evento intitulado "Diálogos Freire-Morin". Em suas palavras de inauguração do evento assim se pronunciou Carlos Nunez sobre o significado mais geral deste esforço:

A contribuição das idéias, o fortalecimento de compromissos e a geração de propostas constituem ingredientes insubstituíveis na busca de um novo modelo civilizatório e de um renovado paradigma educativo que ajude a humanidade a adequar o conhecimento e a ética aos anseios de uma sociedade que é sim irremediavelmente planetária, globalizada, mas a partir de outro signo. Não mais centrada no mercado e sua ética individualista, competitiva e excludente, mas sim, nos melhores

valores de uma ética da vida que contribua com o sino da humanização que foi perdendo-se no transcurso do tempo. (CREFAL, 2007, p.16)

Em sua reafirmada oposição à ética do mercado que anula o indivíduo e propõe a homogeneização de tudo, Freire propõe uma necessária revalorização de uma ética universal do ser humano. Neste sentido, dá muito destaque aos valores da solidariedade, da autonomia, do respeito à diversidade, da humildade, da tolerância, da amorosidade e da perseverança.

Ainda nas palavras de inauguração do evento acima referido, assim sintetiza Carlos Nunez esta busca em Freire e Morin:

Superar a miopia e a soberba intelectual implica um rompimento intelectual e um reposicionamento ético; Morin e Freire assinalam, cada um a partir de sua perspectiva, a urgência e a pertinência deste reposicionamento. Daí a importância de assumir a virtude da humildade, que tanto predicava Paulo, para poder reconhecer os limites próprios; de reconhecer o processo de ensino-aprendizagem como uma unidade dialética em que ninguém sabe tudo nem ninguém ignora tudo. A urgência de promover o diálogo de saberes, de assumir a incerteza como motor da busca, para superar as sempre frágeis, temporais, e, portanto, inexistentes certezas; de buscar uma pedagogia da pergunta, de reconhecer o papel do educador democrático que não renuncia a seu papel, mas o assume de maneira diferente, participativa, dialógica democrática. Estes aspectos expressam somente algumas das intersecções das propostas destes extraordinários pensadores. (CREFAL, 2007, p.17)

A atualidade das contribuições de Freire tem que ver com aquilo que ele denominou de capacidade de leitura do mundo que confere significado às palavras, com seu compromisso efetivo com proposições de uma pedagogia crítica e transformadora, com sua busca permanente de coerência entre discurso e prática. Portanto, a melhor forma de recuperar seu pensamento é recriá-lo à luz dos desafios históricos do presente e em diálogo com outras correntes de pensamento.

Referências Bibliográficas

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

(1995a) _____. A construção de uma nova cultura política. In: FÓRUM DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS. **Poder local, participação popular e construção da cidadania**. s/l, 1995.

(1995b) _____. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho D'água, 1995.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

NUNEZ HURTADO, Carlos (coord). **Diálogos Freire-Morin**. México: CREFAL, 2007.



CEAAL – Conselho de Educação de Adultos da América Latina*

**Uma associação de 195 organizações civis, criada em 1982,
e que está presente em 21 países da América Latina e Caribe.**

Suas origens datam de 1978, a partir do marco de expansão dos movimentos sociais e das propostas sobre educação a nível internacional, particularmente da educação popular na América Latina. Em 1980, na dinâmica da Conferência Mundial Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, se considera a necessidade de contar com uma rede latino-americana que fortalecesse a ação educativa a partir da sociedade civil.

Em 1982, se formaliza a criação do CEAAL, que foi fundado por um grupo de educadores e educadoras de diversos países. Entre eles se destacam Paulo Freire, Orlando Fals Borda, Francisco Vio Grossi, Arlés Caruso, Francisco Gutiérrez, Carlos Rodrigues Brandão, Moema Viezer, entre outros. A criação do Conselho respondeu assim à necessidade de fortalecer a articulação da educação popular na América Latina, à intenção de produzir conhecimentos pertinentes para os movimentos sociais e à necessidade de incidir no debate sobre políticas educativas a nível internacional.

Seus associados desenvolvem ações educativas em diversos campos do desenvolvimento social e com múltiplos sujeitos sociais. Formam parte do que se pode identificar como a corrente de Educação Popular na América Latina e um dos pólos dinâmicos da sociedade civil latino-americana. Reúne uma série de experiências, capacidades e potencialidades que expressam uma riqueza ativa em cada país, que pode ser fortalecida numa dinâmica de colaboração.

Identidade Institucional

O CEAAL, como associação latino-americana de ONGs, pretende fortalecer e projetar o rol de suas ONGs associadas, de outras que, mesmo não fazendo parte do CEAAL formalmente, compartilham suas buscas, e também dos movimentos sociais e políticos da região com sentido emancipador. Por isso, a formação dos membros dessas organizações e movimentos se constitui em uma das linhas centrais de construção da contribuição do CEAAL. Neste sentido, o Conselho tem procurado gerar e difundir reflexões, sistematizações, ensaios, livros, que apontam temas e oferecem orientações na linha de um pensamento crítico, funcional aos processos alternativos no Continente. Por isso o CEAAL, inserido na dinâmica das chamadas sociedades de conhecimento, quer ser um gestor de conhecimentos a favor dos processos da sociedade civil organizada.

A atuação do CEAAL permite que ele seja identificado de três formas: como CONSELHO, desenvolve uma dinâmica viva de intercomunicação e participação dos associados, de tal forma que seja uma instância útil para os mesmos. Como FÓRUM, busca ser um espaço (exigente e atrativo) de debate e de construção de pensamento. E como PLATAFORMA, gera iniciativas e políticas que incidam qualitativamente na realidade.

A missão do CEAAL aponta sua contribuição mais específica: FORTALECER AS CAPACIDADES E A FORMAÇÃO INTEGRAL DOS EDUCADORES E EDUCADORAS POPULARES.

O CEAAL é uma referência para ONGs, governos e partidos, na maioria dos países, como Rede de Organizações Civis identificadas com um projeto de troca e geração de alternativas em função de valores como a justiça, a democracia, a dignidade... a partir de uma identificação ideológica e política com as organizações que vêm sendo criadas pelos setores empobrecidos na sociedade, aspirando a que estas sejam sujeitos protagonistas nos processos sociais e políticos nos nossos países.

* Texto traduzido do site do CEAAL (<http://www.ceaal.org>) e complementado com informações retiradas de um documento em Power Point, produzido pelo Conselho em março de 2007.



SEGUNDA CARTA ABIERTA A LOS GOBIERNOS Y PUEBLOS LATINOAMERICANOS SOBRE LA ALFABETIZACIÓN

EL DESAFÍO DE EDUCAR PARA TODA LA VIDA

En muchos países se batalla intensamente contra el analfabetismo pero todavía queda mucho por hacer. La existencia en pleno siglo XXI de **cuarenta millones de personas** que no saben leer y escribir, el 11% del total de la población adulta latinoamericana y caribeña, y **110 millones de jóvenes** que no han concluido la educación primaria, por lo que son semianalfabetos o analfabetos funcionales, constituyen motivos más que de sobra para decir **basta** ya de desigualdad en la región y demandar a los gobiernos y a la sociedad que respondan con eficacia frente a esta dramática expresión de inequidad y exclusión.

Es bueno recordar que el analfabetismo es la **máxima expresión de vulnerabilidad educativa**. La desigualdad que existe en el acceso al saber está unida a la desigualdad en el acceso al bienestar. También está asociado a la ausencia de oportunidades de acceso a la escuela, y su problemática tiene relación con la baja calidad de la enseñanza escolar y con los fenómenos de repitencia y deserción.

La alfabetización significa el disfrute del **derecho a la educación**, como condición importante de la ciudadanía activa de una gran diversidad de personas aportando sustantivamente tanto a la construcción del desarrollo con equidad, como a la democratización de la democracia. Como afirma Paulo Freire: "Una visión de la alfabetización que va más allá del ba, be, bi, bo, bu. Porque implica una comprensión crítica de la realidad social, política y económica en la que está el alfabetizado... la **alfabetización es más, mucho más que leer y escribir. Es la habilidad de leer el mundo**, es la habilidad de continuar aprendiendo y es la llave de la puerta del conocimiento".

Eliminar el analfabetismo es una meta pues el objetivo principal es **universalizar la cultura escrita**, construir sociedades que leen y escriben para aprender y para mejorar la calidad de su vida. Por ello, construir una sociedad letrada significa la extensión de la educación básica de calidad para todos los niños y niñas, la alfabetización universal para la población joven y adulta que se encuentra al margen del sistema escolar, promover un ambiente y cultura letrada a nivel local y nacional, y una estrategia consistente de erradicación de la pobreza que azota nuestras sociedades.

Los Gobiernos de nuestros países se han comprometido a destinar recursos importantes en aras de una reducción significativa del analfabetismo, ya sea en el cumplimiento de las metas de Dakar de Educación para Todos; de los objetivos de Desarrollo del Milenio; del Proyecto Regional de Educación para América Latina y el Caribe o en el marco del Decenio de las Naciones Unidas para la Alfabetización, sin embargo, se constata una lentitud preocupante en los avances que se realizan en materia de alfabetización.

En la pasada XV Cumbre Iberoamericana en Salamanca, España (14-15 octubre 2005) **los Presidentes se comprometieron** a romper este impasse, e impulsar un Plan Iberoamericano de Alfabetización con el objeto de declarar a la región latinoamericana territorio libre del analfabetismo entre los años 2008-2015, encomendando esta tarea a la SEGIB (Secretaría General Iberoamericana) y coordinada por la OEI (Organización de Estados Iberoamericanos). El CEAAL (Consejo de Educación de Adultos de América Latina), al igual que otras redes, ha participado en los Encuentros Cívicos Iberoamericanos que se realizaron articulados a las Cumbres, y se ha comprometido a incidir en la medida de sus posibilidades en el desarrollo coherente y pertinente de la propuesta del Plan de Alfabetización, al igual que en todos los esfuerzos ciudadanos emancipadores de alfabetización y educación de adultos que se realicen en América Latina.

Denunciamos el hecho que **Haití**, el más pobre de los países del continente y con más mitad de la población analfabeta, está excluido del plan iberoamericano por no ser considerado un país iberoamericano. Por ello, mantenemos una campaña permanente por la inclusión del hermano pueblo caribeño en ésta y otras iniciativas de

desarrollo integral.

Para el **CEAAL** este Plan de Alfabetización debe ser entendido como el primer paso en la dirección de **asegurar el derecho a la educación básica de jóvenes y adultos**. Por esto, el compromiso de los gobiernos debe ir mas allá de la tarea de alfabetizar pues debe **asegurar políticas que garanticen su continuidad**. El tema de los **derechos humanos** debe ser el eje articulador de la iniciativa en el sentido de enfatizar que la alfabetización es entendida como una nueva lectura del mundo y de la palabra, que crea mejores condiciones para el ejercicio de una ciudadanía activa. La iniciativa del Plan debe incluir, donde sea posible y pertinente, una fuerte coalición de los gobiernos nacionales con fuerzas de la sociedad civil que se comprometan con tales metas.

En el marco de una coyuntura latinoamericana astillada de contradicciones, el CEAAL constituye hoy en día, en base a un acumulado de casi 30 años de existencia, la más amplia red continental de ONG y organizaciones sociales relacionada al tema educativo en sus diversas variantes en una perspectiva transformadora. Diversos centros afiliados, colectivos, redes, programas, y amigos del CEAAL han tenido y tienen **experiencias significativas de Educación Popular** con diversos actores sociales y de incidencia en políticas educativas que pueden aportar a incidir en que este Plan de Alfabetización se realice desde una perspectiva metodológica, participativa, crítica, dialógica e intercultural involucrando como sujetos a las 40 millones de personas que no saben leer ni escribir.

Así, CEAAL y CREFAL (Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe) realizaron un importante estudio sobre el **Estado del Arte de la Educación de Jóvenes y Adultos** (educación popular) en 21 países latinoamericanos, que servirá de base para inventariar las capacidades instaladas y potenciales en las diversas sociedades nacionales, y que está pronto a ser difundido ampliamente. También CEAAL - UNESCO - CREFAL convocaron exitosamente el año pasado el Concurso Latinoamericano de Experiencias de Alfabetización. **La Campaña Latinoamericana por el Derecho a la Educación**, de la que formamos parte, propone debatir en los países de nuestra región los "Puntos de Referencia Internacionales sobre la Alfabetización de Adultos", impulsados por La Campaña Mundial por la Educación y Action Aid Internacional.

No existe justificación alguna para no poner punto final al analfabetismo, e incluso los países de bajo analfabetismo deben considerar suyo el problema tal como lo hace Cuba en Latinoamérica y España en Iberoamérica-, pues mientras existan iletrados/as en Nuestra América la responsabilidad es de todos, por elemental sentido de fraternidad histórica, y porque la **solidaridad mueve montañas**. Hoy existen buenas condiciones y oportunidades para impulsar la formulación, desarrollo y seguimiento de un plan para superar el analfabetismo de jóvenes y adultos a nivel continental, que contribuya efectivamente -en contenidos y metodología- incorporando a la lectoescritura y a una mayor conciencia de sus derechos humanos, a los hombres y mujeres latinoamericanos que no saben leer y escribir por la condición de exclusión de la que han sido víctima.

Hace un año lanzamos la primera Carta Abierta, la que recibió el apoyo entusiasta de muchas personas y entidades que la suscribieron y propagaron. Hoy con esta Segunda Carta Abierta, tanto el **CEAAL**, en conjunto con **ALOP, PIDHDD, y La Liga Iberoamericana, y la Federación Internacional Fe y Alegría**, volvemos a **instar y exigir** a los gobiernos latinoamericanos el cumplimiento del compromiso adquirido en La Cumbre de Salamanca, a ratificarlo a través de acciones concretas y con la inclusión de Haití. A la SEGIB y OEI a desarrollar de forma efectiva e incluyente la tarea a ellos encomendada. Llamamos a las diversas instancias de la sociedad civil, movimientos sociales, ciudadanía activa en cada país latinoamericano y del continente a **articularnos y coaligarnos** para incidir, proponer, **participar coherentemente y críticamente** en las acciones necesarias para que América Latina y el Caribe, sean ¡Al fin! **Territorio Libre de Analfabetismo**, y para que la población sea sujeto de su destino con acceso a una plena y efectiva **Educación para toda la Vida**.

América Latina, 8 de septiembre de 2007,
Día Internacional de la Alfabetización



CEAAL - Consejo de Educación de Adultos de América Latina
www.ceaal.org info@ceaal.org



ALOP - Asociación Latinoamericana de Organismos de Promoción
www.alop.or.cr



PIDHDD - Plataforma Interamericana de Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo
www.pidhdd.org



La Liga Iberoamericana de Organizaciones de la Sociedad Civil para la Superación de la Pobreza y la Exclusión Social
www.ligaiberoamericana.org



Federación Internacional Fe y Alegría. Movimiento de Educación Popular Integral y de Promoción Social
www.feyalegria.org